

do destruída ou não mais existir, sendo permitido seu uso apenas para lazer ou recreação.

Art. 200 | - Criada ou delimitada as áreas de preservação, poderá haver, ao longo dos fundos dos vales, quando convier, via pública, objetivando a implementação de rede de esgoto, a fim de resguardar a faixa lateral contígua aos cursos d'água.

Art. 201 - Nas áreas não edificáveis e públicas destinadas à áreas verdes e de uso institucional, a arborização natural existente deverá ser preservada, por ocasião da abertura do loteamento e, caso não exista vegetação natural, o loteador deverá providenciar a respectiva arborização.

Art. 202 - As áreas pertencentes a particulares, cuja situação ou características de vegetação indiquem que devam ser preservadas, poderão ser consideradas de utilidade pública, cabendo ao Município realizar a desapropriação ou tombamento.

Art. 203 - As árvores raras ou de grande valor paisagístico, situadas em terreno de propriedades privadas, poderão ser tombadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 204 - As árvores adultas de grande porte, existentes em terrenos particulares, só poderão ser erradicadas após consulta prévia do interessado à Prefeitura, que poderá ou não autorizar o seu sacrifício, se assim for do interesse público.

Art. 205 | - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 500% a 1000% (quinhentos por cento a mil por cento) da Unidade de Referência Fiscal do Município - URF - vigente à época da infração.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS